

# Espaços Verdes Localizados em zonas desfavorecidas do Porto são pouco frequentados, conclui estudo

14 de Setembro, 2022

Os espaços verdes na cidade do Porto localizados em zonas de maior privação socioeconómica e ambiental são menos diversificados e menos frequentados pelos cidadãos. A conclusão faz parte de um estudo – “Urban Forestry & Urban Greening” – desenvolvido por Diogo Guedes Vidal, investigador do Centro de Ecologia Funcional da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), centro coordenado pela catedrática Helena Freitas.

Os resultados do estudo, publicado na revista “Urban Forestry & Urban Greening”, podem ser um contributo para um “melhor planeamento urbano”, adequado às necessidades dos utilizadores, pode ler-se num comunicado, divulgado pela FCTUC.

Tendo em conta a falta de informação sobre os comportamentos dos utilizadores nos espaços verdes do Porto, o trabalho – desenvolvido no âmbito da tese de doutoramento em ecologia e saúde ambiental do investigador, realizada na Universidade Fernando Pessoa (Porto) – visou identificar padrões de comportamento humano em quatro espaços verdes da cidade, “considerando o perfil dos utilizadores, a envolvente socioeconómica, o desenho e elementos humanos e não humanos presentes no espaço”, procurando perceber se os “usos inscritos nos espaços verdes estão, de alguma forma, associados ao nível de privação socioeconómica da envolvente, se existem variações nos usos identificados ao longo do dia e como as diferentes características dos espaços verdes influenciam os comportamentos dos seus utilizadores”, refere o mesmo comunicado.

Durante quatro meses, de agosto a novembro, foram mapeados os usos de 979 utilizadores e espacializados os seus comportamentos, quer em diferentes lugares dos espaços verdes em estudo, quer em diferentes momentos do dia, em três jardins públicos (Jardim da Corujeira, Jardim de Arca d’Água e Jardim João Chagas, este último vulgarmente conhecido como Jardim da Cordoaria) e uma praça ajardinada (Praça Mouzinho de Albuquerque, comumente conhecida como Rotunda da Boavista).

De uma forma geral, os resultados obtidos no estudo, que foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), mostram que “espaços verdes de reduzida dimensão e proximidade” são entendidos como “espaços de socialização, convívio, relaxamento e contacto com a natureza”, sendo explorados “durante o dia através de diferentes usos”, indica a nota.

No entanto, observou-se que nos espaços verdes localizados em zonas de “maior privação socioeconómica e ambiental”, os usos “são menos diversificados, dada a ausência de elementos que os estimulem, e assiste-se a uma menor frequência de utilizadores”, indica Diogo Guedes Vidal. Foram igualmente identificados

outros usos através dos elementos presentes nos espaços verdes estudados, que se associam também a novas funções sociais destes espaços: “a praça Mouzinho de Albuquerque e o jardim de Arca d’Água são utilizados para fins de atividades de ação social voltadas para apoio a sem-abrigo, seja na distribuição de alimentos, no caso do primeiro, seja no abrigo noturno (no coreto), no caso do segundo”, acrescenta.

Conclui-se que os espaços verdes conferem novos sentidos e significados, “não se esgotando nas funções para que foram inicialmente idealizados. Por outro lado, é nas zonas mais a sul (mais quentes) e junto de árvores (faça sol ou não) que os utilizadores se tendem a concentrar, procurando nos elementos arbóreos uma sensação de segurança e de identidade, própria de um contacto com a natureza, sugerindo um comportamento biofílico (amor pelos elementos vivos)”, salienta o investigador do Centro de Ecologia Funcional da FCTUC.

Ao contrário de estudos anteriores, que têm destacado o potencial dos serviços dos ecossistemas dos espaços verdes na contribuição de ambientes mais saudáveis e sustentáveis, esta investigação, de acordo o autor, pretendeu “desconstruir estes espaços, “olhar além do verde” e entender a ecologia através de um prisma social, uma vez que o objeto em causa e a sua complexidade obrigam a olhar além do imediatamente visível e a considerar os usos dos espaços”.

Ao observar a dimensão humana destes espaços, este estudo apresenta um contributo importante para “a sua consideração num planeamento urbano mais sustentável, mas sobretudo mais justo e inclusivo e que considere a pluralidade de usos no desenho dos mesmos, sublinhando a relevância de contemplar a forma como a humanidade se relaciona com os elementos não humanos e com a natureza no seu todo”, remata o investigador.